

As cartas marcadas no jogo da dívida

Silvio Ferraz
Correspondente

Washington — O novo plano econômico do governo brasileiro a ser apresentado pelo ministro Funaro à comunidade financeira internacional, nas reuniões que manterá semana próxima nesta cidade e em Nova Iorque, poderá ser o instrumento capaz de romper o clima de tensão instalado entre banqueiros credores e a equipe de negociadores do Banco Central. Embora os banqueiros coloquem esta plataforma de medidas estruturais na economia brasileira como condição para a renovação das linhas de financiamento ao Brasil, é ainda incerta a receptividade ao Plano Funaro.

Os banqueiros americanos pretendem um plano "costurado", como qualificou uma alta fonte em Washington, com medidas de contenção à inflação claramente delineadas. Já outros analistas creem na possível exigência ao Brasil da aceitação de um programa de "vigilância informal" do Fundo Monetário Internacional, semelhante ao acordado nas negociações entre o governo brasileiro e o Clube de Paris — entidade que congrega os governos credores, coordenados pelo tesouro francês.

A discussão naturalmente será centrada no restabelecimento, o mais rápido possível, do pagamento dos juros devidos aos bancos. Mas serão pontos sensíveis a quantidade de dinheiro novo que o Brasil está pedindo, a fixação de um **spread** compatível com as aspirações brasileiras e dos emprestadores, e os prazos de renovação dos créditos — que ocuparão a maior parte das discussões entre o presidente do Banco Central, Francisco Gros, e seus assessores, com o comitê dos bancos credores, coordenado pelo vice-presidente do Citibank, William Rhodes.

"Não prevejo nada de dramático. Isso não interessa nem ao Brasil e nem aos banqueiros", diz o economista Edward Bernstein, da Brookings Institution, um dos gurus da comunidade acadêmica americana. Bernstei adverte no entanto para o risco de posições irrealistas: "O Brasil está pedindo dinheiro novo sem,

entretanto, oferecer qualquer garantia de pagamento do dinheiro já emprestado. Isso não me parece razoável. É preciso estabelecer-se um clima de confiança recíproca antes de mais nada".

Para o economista William Cline, uma das maiores autoridades na questão da dívida externa, a colocação sobre a mesa de negociação de um pacote econômico viável é o ponto principal. Cline também crê que a presença do Fundo Monetário Internacional é prioritária para sensibilizar a comunidade financeira internacional, ainda que sob a vestimenta de um monitoramento informal. Uma alta fonte brasileira, no entanto, pensa que insistir na participação do FMI será um equívoco e mesmo um diversionismo. "A questão é colocar para os credores um plano econômico factível, em vez de medidas paliativas. Basta de **band aid**", pondera.

Todos os protagonistas das negociações nos Estados Unidos parecem convergir para a posição de que é imprescindível uma plataforma econômica que inspire confiança. Não bastariam, assim, simples enunciados de boas intenções. Funaro, junto à comunidade financeira internacional, e Gros, junto aos credores, terão que se esmerar apresentando medidas de reajustamento da economia brasileira capazes de serem realizadas e que não se transformem em letra morta logo após a assinatura do acordo de renegociação da dívida externa brasileira. Políticas de compatibilização entre níveis de consumo e investimento, medidas de combate à inflação, políticas monetária e fiscal terão que ser não apenas temperos leves nesse prato a ser servido aos banqueiros mas, sobretudo, seu ingrediente principal.

A discussão se tornará mais quente, segundo os analistas, quando a questão do **spread** for colocada sobre a mesa. Enquanto o Brasil pede um **spread** de 7/8 — igual ao acordado recentemente entre as Filipinas e os banqueiros —, os credores lutarão para mantê-lo no nível atual de 1 1/8. "Os bancos estão dando 7/8 apenas para os países que não pedem

dinheiro novo. No caso brasileiro, onde as autoridades estão pedindo um total de 4 bilhões de dólares entre créditos de diversas origens, esse ponto terá que ser discutido", lembrou William Cline. Outros analistas também acreditam ser difícil a redução do **spread** para o nível pretendido pelos brasileiros, embora considerem ser possível sua redução pelos bancos sem maiores traumas.

A presença do Fundo Monetário Internacional, ainda que nas redondezas das negociações, se é algo impensável pelo governo brasileiro, é, no mínimo, irrelevante para Edward Bernstein, que fala com a autoridade de quem foi um dos fundadores desse organismo internacional. "Não se pode desenhar programas de austeridade econômica que paralise o crescimento de um país apenas para que ele pague as suas contas, e disso o Fundo Monetário está tomando mais consciência a cada dia que passa", frisou Bernstein. "Ficar cinco anos sem crescer é impossível", completou. Para ele, em algum momento os bancos chegarão, junto com o governo brasileiro, à hora da verdade. "Concluirão terem errado ao emprestar tanto dinheiro ao Brasil e os brasileiros também tomarão consciência de que se endividaram em demasia. Depois dessa penitência recíproca, acredito que as conversas possam tomar rumos mais criativos", observou Bernstein.

Sobre a saúde dos protagonistas que se enfrentarão na próxima semana, pode-se dizer que o governo brasileiro se apresentará carente de algumas "vitaminas" básicas, enquanto os bancos americanos, como um todo, estão mais saudáveis. "O Brasil precisa mesmo é de melhores preços para seus produtos de exportação, mais volume de exportação e menor taxa de juros, além de medidas eficazes de combate à inflação", lembrou Bernstein. Já os bancos americanos, apesar de terem sofrido algumas perdas na indústria do petróleo e nos financiamentos agrícola e do setor imobiliário, de forma geral, estão em boa forma física.

Na realidade, Bernstein é um dos que acreditam que os bancos podem facilmente

manejar esta situação com o Brasil sem maiores problemas. O que falta para ele, principalmente, é um clima de confiança recíproca. "Confiança é o oxigênio desse ambiente", concorda outra fonte do mercado financeiro de Nova Iorque. Uma fonte brasileira acredita ser o dinheiro novo pedido pelo Brasil um dos pontos onde a conversa poderá consumir muito tempo. "Não que seja demais pedir 2 bilhões de dólares anuais aos bancos privados, mas pelas condições que poderão ser solicitadas em contrapartida", observou.

Quantias e juros à parte, a impressão é de que os protagonistas estão se preparando para o confronto com estratégias diferentes. Ao orquestrar a manobra de colocar os créditos brasileiros na coluna de eventuais prejuízos, os banqueiros terão se livrado do fantasma que sempre os persegue nas negociações: as cotações de suas ações nas bolsas de valores e o pagamento de dividendos aos seus acionistas. Dessa vez, antes de se sentar à mesa, cada banqueiro já terá sofrido na carne e se exposto aos maus humores do mercado. A eventual queda nas cotações de suas ações já terá sido absorvida. Como o pior no mercado financeiro é a expectativa — pode causar mais erosão do que uma má notícia dada com antecipação — os bancos estarão mais tranquilos e mais dispostos à luta por seus pontos-de-vista.

O Mellon Bank, por exemplo, sofreu uma queda de 6,25 dólares por ação, 24 horas depois de anunciar seus problemas com o Brasil, e cortou pela metade os dividendos que distribuiria aos seus acionistas. O Bank of America, prevêem alguns analistas, ficará mais vulnerável a outra tentativa de tomada de controle acionário por qualquer outro grande banco, além de ter a possibilidade de ver seus lucros se esfumarem caso a renegociação com o Brasil demore muito.

Esta fase da renegociação está mais realista, de certa forma. Os bancos sentem em seus balanços o peso da dívida. Do Hemisfério Norte, os observadores vêem um cenário também distinto.